

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

**INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES
ESPECIAIS: COMO ESTE TEMA VEM SENDO
TRATADO NOS PROCESSOS DE FORMAÇÃO
CONTINUADA DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO
FÍSICA**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO

Andreia Machado Dos Santos

**Santa Maria, RS, Brasil
2013**

**INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS:
COMO ESTE TEMA VEM SENDO TRATADO NOS
PROCESSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE
PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

Andreia Machado dos Santos

Trabalho de conclusão de curso de Especialização em Educação Física Escolar, do Centro de Educação Física e Desportos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito final para o título de **Especialista em Educação Física Escolar.**

Orientadora: Prof^a Dr^a Elizara Carolina Marin

**Santa Maria, RS, Brasil
2013**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação Física e Desportos
Pós-Graduação em Educação Física Escolar**

**INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS: COMO
ESTE TEMA VEM SENDO TRATADO NOS PROCESSOS DE
FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO
FÍSICA**

elaborado por
Andreia Machado dos Santos

como requisito parcial para a obtenção do grau de
Especialista em Educação Física Escolar

Comissão Examinadora:

Elizara Carolina Marin, Dr.^a
(orientadora)

Luciana Erina Palma, Dr.^a

Giovani Frizzo, Dr.

Maria Cecília Camargo Günther, Dr.^a

Santa Maria, 27 de fevereiro de 2013.

RESUMO

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização
Programa de Pós-Graduação em Educação Física
Universidade Federal de Santa Maria

INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS: COMO ESTE TEMA VEM SENDO TRATADO NOS PROCESSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA

AUTORA: ANDREIA MACHADO DOS SANTOS

ORIENTADORA: ELIZARA CAROLINA MARIN

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 27 de fevereiro de 2013.

Este estudo aborda a formação continuada de professores de Educação Física que atuam na Educação Básica da Rede Municipal e Estadual, no município de Restinga Seca/RS/RS, no que tange ao tema inclusão de alunos com Necessidades Especiais. Por meio de pesquisa exploratória, identificamos a relevância da proposta de formação continuada desenvolvida pela Secretaria de Educação do município embora tenha perspectiva generalista, a necessidade de formação continuada sobre Educação Inclusiva atenta às especificidades da Educação Física e o desamparo vivenciado pelos professores da Rede Estadual no conhecimento e trato pedagógico.

Palavras-chave: Educação Física; Formação Continuada; Educação Inclusiva.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA	05
2 OBJETIVOS	09
2.1 Objetivo Geral	09
2.2 Objetivos Específicos	09
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	10
4 EDUCAÇÃO FÍSICA, EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA	12
4.1 Educação Física	12
4.2 Educação Inclusiva	12
4.3 Formação Inicial e Formação Continuada	14
5 O CONTEXTO DO MUNICÍPIO DE RESTINGA SECA/RS	17
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
7 REFERÊNCIAS	22
ANEXOS	24

Abstract.

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização
Programa de Pós-Graduação em Educação Física
Universidade Federal de Santa Maria

**INCLUSION OF STUDENTS WITH SPECIAL NEEDS: HOW COME THIS THEME
BEING TREATED IN THE PROCESS OF CONTINUING EDUCATION TEACHER
OF PHYSICAL EDUCATION**

AUTORA: ANDREIA MACHADO DOS SANTOS

ORIENTADORA: ELIZARA CAROLINA MARIN

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 27 de fevereiro de 2013.

This study addresses the ongoing training of physical education teachers working in Primary Education of the Municipal and State, in the municipality of Restinga Seca / RS / RS, regarding the issue of inclusion of pupils with Special Needs. Through exploratory research identified the importance of continuing education proposal developed by the Department of Education of the City although generalist perspective, the need for continuous training on Inclusive Education attentive to the specificities of Physical Education and helplessness experienced by the teachers of the State in the knowledge and pedagogic treatment.

Keywords: Physical Education, Continuing Education, Inclusive Education.

1 INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

A história do Brasil mostra que, apesar das intensas lutas do povo brasileiro, este sempre foi mantido em situação de dependência. Para tanto, os grupos que dominavam o país fizeram da educação um dos instrumentos para manter essa dependência, impedindo o acesso de grande parte da população à escola (PILETTI, 1980).

No período de colonização portuguesa, o processo educativo teve como função transmitir informações, excluindo a possibilidade de desenvolver a criatividade, a criticidade e de discutir o poder político e econômico do país colonizador. Com o período de industrialização, o processo educativo sofreu mudanças, pois houve necessidade de adequação entre o sistema educativo e a demanda de mão-de-obra qualificada. Neste sentido, Giles (1987) salienta que o processo educativo brasileiro sofre a expansão devido às novas necessidades que visaram adequação com a realidade político-econômica do país. Seguindo o enfoque de mudanças na educação brasileira, do período da colonização até a atualidade, dedicou-se esse estudo ao espaço inclusivo que promoveu e promove mudanças no ensino regular até hoje.

A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN), nº 4.024/61, aponta o direito dos “excepcionais” à educação preferencial no sistema geral de ensino. Em contrapartida, a lei número 5.692/71 altera a LDBEN de 1961, definindo o “tratamento especial” para os alunos e reforçando o encaminhamento destes para as classes e escolas especiais. Em 1973, o Centro Nacional de Educação Especial passou a ser responsável pela Educação Especial no Brasil, impulsionando ações educacionais voltadas às pessoas com necessidades especiais e às pessoas superdotadas.

A Declaração de Salamanca de 1994 também passou a influenciar na formulação das políticas públicas da Educação Inclusiva. Nesse mesmo ano (1994), foi publicada a Política Nacional de Educação Especial, orientando o processo de “Integração Institucional”, que assegura o acesso às classes comuns de ensino regular àqueles que possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades no mesmo ritmo que os alunos ditos “normais”.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais PCN (BRASIL, 1997), a escola tem como um de seus objetivos, ajudar crianças e adolescentes a conviverem, de modo cooperativo e produtivo, buscando proporcionar oportunidades para que aprendam a dialogar, ouvir e trocar idéias e experiências. Já os Marcos Políticos e Legais da Educação Especial na

Perspectiva de Educação Inclusiva (2010, p.111) apontam que a “Educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis e realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular brasileiro”.

Desta forma, tornou-se relevante investigar como os professores de Educação Física estão buscando aperfeiçoamento na sua prática pedagógica para atuar na inclusão de alunos com Necessidades Especiais no Ensino Fundamental e Médio mais especificadamente no município de Restinga Sêca/RS, onde embora haja respaldo legislativo para a Educação Inclusiva, nem sempre as propostas tornam-se ações concretas.

Nesse sentido, o docente precisaria pensar na sua prática pedagógica e aprimorar o seu trabalho, buscando conhecimentos para dar conta do trato pedagógico com os alunos com deficiência. Conforme os PCN (1997), cuidados importantes sempre devem ser tomados. Por exemplo: analisar o tipo de deficiência que o aluno possui, uma vez que existem diferentes tipos e graus de limitações, tais como: deficiência mental, física, sensorial e múltipla, condutas típicas, autismo, altas habilidades/superdotados e dificuldades de aprendizagem. Sendo assim, o docente deve minorar as dificuldades de aprendizagem dos alunos, mediante adequações aos conteúdos e objetivos curriculares necessários ao processo educacional.

Além do programa de atividades que devem ser desenvolvidas, em especial no ensino fundamental, Freire (1997) aponta a avaliação como um dos problemas que preocupam os professores. Ou seja, como saber se o aluno aprendeu, o quanto e como aprendeu, uma vez que a avaliação, entre outros aspectos, é parte fundamental do ensino.

A escola é uma instituição social e de ensino que colabora sobremaneira no processo educativo, mas também apresenta limitações objetivas, a exemplo do trato com os alunos com Necessidades Especiais. Cruz (2005) adverte que assumir a presença de alunos com Necessidades Especiais em escolas regulares é assumir a necessidade de adequação da escola e da prática pedagógica.

Com este entendimento, objetivou-se nesse estudo compreender como se dá a Formação Continuada na área da Educação Física para o trato da Educação Inclusiva.

Adotou-se como *lôcus* do estudo o município de Restinga Sêca, localizado no estado do Rio Grande do Sul¹, em virtude de ser local de trabalho da pesquisadora e da importância

¹ Restinga Sêca/RS é um dos distritos do município de Cachoeira do Sul e originou-se da doação de sesmaria e com a construção da estrada de ferro Porto Alegre - Uruguaiana em 1885. Devido a sua localização, recebeu o nome de Restinga (mato em baixada, a margens da sanga) Sêca (devido a épocas do ano em que a sanga Passo da Porteira ficava com pouca água). A emancipação do município começou na década de 50, resultante de um

dada pelas políticas educacionais à Educação Inclusiva e à formação continuada de seus professores.

A Educação Especial no município de Restinga Sêca/RS teve início na década de 90, mais exatamente, em 1999. Anterior a este período, os alunos com Necessidades Especiais eram atendidos por instituições não governamentais como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). O município, a partir de então, travou um processo de regularização e capacitação dos professores e funcionários para atuar com essa modalidade de ensino, criando o Plano Municipal de Educação de Restinga Sêca/RS 2007-2017(PME).

Antes do Plano, os alunos com Necessidades Especiais eram atendidos por um professor itinerante das escolas, e, posteriormente, por meio de um educador especial contratado e com habilitação em deficiência mental. Nesse período foi formulada a primeira resolução, regularizando a educação especial no município, ou seja, o Plano Municipal de Educação (PME, 2007).

Através do Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional (FNDE), a Secretaria de Educação do Município recebeu verbas e adquiriu material pedagógico para as salas de recursos. No ano de 2001, Secretaria de Educação e Conselho Municipal de Educação realizaram encontros para a construção do Projeto Político Pedagógico e dos Regimentos Escolares com o intuito de regulamentar a Educação Especial em diferentes níveis de escolarização. Neste processo, surgiu também a Formação Continuada de professores do município. Em 2007, houve a contratação de mais educadores especiais com outras habilitações (PME, 2007), agregando um total de seis educadores no município. Atualmente, são cinco professores que atendem dez escolas.

No município de Restinga Sêca/RS, há catorze (14) escolas: quatro (4) estaduais, nove (9) municipais e uma (1) de educação infantil. Para fins desta pesquisa, realizou-se a investigação em oito (8) escolas, ou seja, as que possuem professores de Educação Física. Destas, sete (7) são de ensino fundamental e uma (1) de ensino médio. Destaca-se que nem todas as escolas possuem educador especial para acompanhar os alunos e orientar os professores no caso de precisarem de suporte especializado. Nas escolas estaduais, os alunos com Necessidades Especiais são atendidos pela APAE do município.

Considerando o ano de 2012, a Rede Municipal de Ensino atende trinta e dois alunos classificados entre deficiência mental, visual, física, autismo, transtorno global de

grande trabalho da população sob o comando do senhor Eugênio Gentil Mulher (que, mais tarde, tornou-se o primeiro prefeito de Restinga Seca/RS), e de fato concluída a emancipação no dia 25 de março de 1959.

desenvolvimento. Na Rede Estadual de ensino, são dezesseis (16) alunos atendidos na APAE do município, classificados entre a deficiência mental, auditiva, transtornos global de desenvolvimento, dificuldade de aprendizagem e síndromes específicas.

Nesse contexto, o professor de Educação Física precisa garantir segurança, realizar adaptações, criar situações de modo a possibilitar a participação dos alunos especiais nas suas aulas. Com base nessa afirmação, questiona-se: como ocorre o processo de Formação Continuada dos professores para atuar com essa conjuntura desafiadora?

A partir desse questionamento é que se coloca este estudo, numa forma de investigar como os professores de Educação Física estão buscando aperfeiçoar a sua prática pedagógica para atuar na inclusão de alunos com Necessidades Especiais do Ensino Fundamental e Médio no município de Restinga Sêca/RS.

Acredita-se que essa temática é de extrema relevância no contexto escolar por ser a inclusão uma realidade social e devidamente amparada pelo Conselho Municipal de Educação conforme o artigo 10 (CME n02/2007): "promover cursos de habilitação e capacitação de professores da Rede Municipal de ensino, levando em consideração a demanda de atendimento na Educação especial" (CME, 2007).

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Investigar como o tema inclusão de alunos com Deficiência vem sendo tratado no processo de formação continuada dos professores de Educação Física no município de Restinga Sêca/RS.

2.2 Objetivos específicos

- Investigar de que modo ocorre o processo de Formação Continuada dos professores de Educação Física da Rede Municipal;
- Verificar como a Secretaria de Educação do Município de Restinga Sêca/RS investe na Educação Inclusiva;
- Compreender de que forma ocorre o processo de Formação Continuada dos professores de Educação Física no que tange a Educação Especial da Rede Estadual e que atuam no Município de Restinga Sêca/RS.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa tem caráter descritivo explicativo e almeja compreender e interpretar como o tema inclusão de alunos com Necessidades Especiais vem sendo tratado no processo de Formação Continuada dos professores de Educação Física do município de Restinga Sêca/RS. Foi desenvolvida por pesquisa exploratória que, segundo Gil (1999), objetiva ter uma visão geral sobre um determinado fato ou realidade. Ainda sob os pressupostos deste autor, habitualmente neste tipo de estudo, utiliza-se levantamento bibliográfico e entrevistas como forma de aproximação do contexto empírico.

As entrevistas foram realizadas com professores de Educação Física do Ensino Fundamental e Ensino Médio das escolas municipais e estaduais desse município e com a Secretaria de Educação. Para tal, utilizou-se entrevistas como procedimento de pesquisa, entendendo-as como instrumento privilegiado de comunicação, conforme (MINAYO 2007).

Restinga Sêca/RS é habitada por 15.595 mil pessoas de origem alemã, italiana portuguesa e de afro-brasileiros, sendo que duas escolas estão inseridas nas comunidades formadas por afro-descendentes e alemães.

O município tem sido referência na região pelo atendimento na área equivalente à deficiência visual. Por exemplo: a Escola Municipal de Ensino Fundamental Leonor Pires de Macedo é a única na região do Estado direcionada para este atendimento específico, fato este que propicia oportunidade também a crianças de outras cidades que vêm estudar nessa escola. Quando surgem outros problemas, a Secretaria de Educação busca subsídios em outras instâncias, procurando suprir também essas necessidades.

Para realizar a entrevista, além da Secretaria Municipal de Educação Municipal, considerou-se como escolha professores residentes no município e com trabalho efetivo, pois o quadro de docentes inclui profissionais contratados durante um ano, os quais não mantêm seqüência no atendimento aos alunos.

O município contempla doze (12) professores de Educação Física, dois (2) no ensino médio e dez (10) no ensino fundamental, especificamente, cinco (5) em escolas estaduais cinco (5) em escolas municipais. A Secretaria de Educação, também foco da investigação, é composta pela secretária de educação e um (1) professor.

Optou-se por entrevistas semi-estruturadas para facultar aos entrevistados falar mais livremente - no caso dos professores de Educação Física- sobre como vem sendo realizado o

processo de inclusão dos alunos com Necessidades Especiais nas aulas de Educação Física, e com a Secretária de Educação do Município, como está se dando o processo de Formação Continuada destes profissionais da educação para atender aos alunos matriculados no ensino regular. As entrevistas foram agendadas previamente, marcando data, local e horário. Na oportunidade, foram explicados os objetivos da pesquisa e dada a garantia de anonimato para favorecer a tranquilidade e a legitimidade das repostas.

4 EDUCAÇÃO FÍSICA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA

Neste capítulo, inicialmente, será abordada a concepção de Educação Física que ancora a análise e, posteriormente, das temáticas centrais do estudo: a Educação Inclusiva, a Formação Inicial e Continuada. Estes temas serão tratados com base no referencial teórico e no trabalho de campo realizado.

4.1 Educação Física

À luz de Soares *et al* (1992), a Educação Física é uma disciplina que trata da Cultura Corporal, portanto de conteúdos relevantes que permeiam o cotidiano dos alunos, entre eles os jogos, os esportes, a ginástica e a dança. Essa Cultura é entendida como dimensão da cultura humana e, enquanto conteúdo pedagógico, deve estar atenta à relevância social. Como explicam os autores, a Educação Física precisa identificar seus objetivos, conteúdos e métodos de ensino, pois os temas estão interligados e devem ser trabalhados juntos.

Soares *et al* (1992) apontam que a Educação Física, sob o viés da Cultura Corporal, teve seu contexto a partir da concepção crítico-superadora em contraposição à concepção da aptidão física, de esportivização, de saúde, entre outros, passando então a não ser só objetivo da Educação Física, mas de todo o contexto que o ser humano está envolvido, desde seu nascimento. No entanto, no âmbito escolar, cabe a essa disciplina específica democratizar o conhecimento historicamente produzido.

Nessa direção, Bracht (1996, p. 26) menciona que, hegemonicamente, a "Educação Física se baseia nas ciências naturais de controle do corpo 'construção' de um corpo saudável e produtivo capaz de grandes e belos desempenhos motores". Contudo, a partir da década de 1980, ela começou a ser questionada por não ser apenas movimento humano, pensado e refletido somente no sentido mecânico-fisiológico, mas também como fenômeno da cultura.

4.2 Educação Inclusiva

Mozzatta (2005, p.16) esclarece que, historicamente, a “própria religião, com toda sua força cultural, ao colocar o homem como 'imagem e semelhança de Deus’”, inculcava a ideia

da condição humana como perfeição física e mental. Já as pessoas que não eram "parecidos com Deus, os portadores de Deficiência (ou imperfeições) eram postos à margem da condição humana". Conforme este autor, foi na Europa que surgiu os primeiros movimentos pelo atendimento às pessoas com Necessidades Especiais bem como as mudanças na atitude dos grupos sociais. Até o final do século XIX, diversas expressões eram utilizadas para se referir ao atendimento educacional especializado: Pedagogia de Anormais, Pedagogia Teratológica, Pedagogia Curativa ou Terapêutica, Pedagogia da Assistência Social e Pedagogia Emendativa até surgirem as expressões Integração e Inclusão.

Embora os termos Integração e Inclusão possam ser adotados como sinônimo, alguns autores destacam diferenças. Para Carvalho (2009, p.111) "a integração é o processo gradual e dinâmico de participação das pessoas num contexto, legitimando sua interação nos grupos sociais. A mesma pode tomar distintas formas de acordo com as necessidades e habilidades dos alunos".

Inclusão Social, segundo Sasaki (1999), é o processo em que a sociedade se adapta para incluir em seus sistemas sociais pessoas com Necessidades Especiais e estas se preparam para assumir seu papel na sociedade sendo, portanto, um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade, tendo em vista mudanças em vários setores.

No que tange ao contexto escolar, Mittler (2003) destaca que a Inclusão implica mudanças severas, em todos os âmbitos, desde professores até currículos, avaliação e formas de agrupamentos de alunos nas aulas. Nessa direção, para Mantoan (2008), Inclusão é entender e reconhecer o outro e ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. Ou seja, incluir significa interagir com o outro, numa relação de acolhida a todos, sem exceções.

Para conhecer, apreender e atuar na direção da Educação Inclusiva, faz-se a necessidade de formação apropriada na Formação Inicial e Continuada (MITTLER, 2003). A inclusão da Educação Especial no Brasil ocorre somente no final dos anos 1950 e início de 1960, iniciando um processo de mudanças na Formação Inicial e nas Escolas de Educação Básica, e mesmo assim, ainda tendo muito por fazer e avançar.

Na atualidade, os professores que trabalham com alunos com Necessidades Especiais, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação enfrentam muitas dificuldades. Não se pode deixar de esclarecer, como expõe Cruz (2005), que a grande maioria dos professores de Educação Física que atuam na Educação Básica não tiveram, durante sua Formação Inicial, acesso a qualquer conhecimento no trato da Educação Especial, principalmente aqueles formados até o final de 1980.

4.3 Formação Inicial e Formação Continuada

Segundo Carvalho (2009), a Formação Inicial de nossos professores precisa ser repensada para encontrarmos soluções com urgência e melhorar as respostas educativas das escolas como um todo. Nessa direção, Cruz (2005) assinala que a formação de nível superior de professor para atuar na Educação Básica requer aprimoramento com o intuito de oferecer suporte aos futuros docentes, e assim, fazendo-se necessária uma concepção de Formação Inicial que se torne contínua e aperfeiçoada ao longo da vida profissional. Se considerarmos que a maioria dos cursos de Educação Física no Brasil possui formação em licenciatura, conseqüentemente, torna-se indiscutível esse repensar sobre o papel da formação e o currículo do curso de graduação existente.

O ensinar e o aprender estão relacionados, dentre outros, às experiências na Formação Inicial, exigindo que se retome a discussão sobre o ensino e em quem aprende no processo de escolarização na Formação Inicial (BOLZAN, 2009). Assim, analisar seriamente as formulações dos currículos desses cursos é fundamental, pois é preciso estar atento à provisoriedade do conhecimento e às necessidades históricas e atuais. Rever os currículos e a forma como os conteúdos são tratados é indispensável à formação profissional e para a qualidade da educação. Também é necessário repensar a formação do professor de Educação Física para que este seja capaz de compreender a complexidade e a realidade social que envolve o sistema de ensino.

Tem-se consciência que somente a Formação Inicial não garante a qualidade da educação e atualização dos conhecimentos, mas que demanda também a Formação Continuada. No que tange a Formação, para Molina e Molina Neto (2001), a Formação Continuada não é uma temática inédita, tampouco circunstancial do contexto ou privilégio dos professores de Educação Física. O autor é enfático em dizer que investigar a própria prática didática é a principal estratégia didática para a formação de educadores de qualidade.

A Formação Continuada do docente tem como princípio a prática pedagógica e como finalidade, incentivar os sujeitos a entender os conhecimentos acumulados historicamente pela humanidade. Por isso, existe a necessidade do professor apropriar-se desse conhecimento para que possa fazer com que os alunos também se apropriem dos saberes escolares.

Figueiredo e Heringer (2009) esclarecem que no campo de formação de professores destacam-se quatro grandes questões: a) qualificação dos profissionais para garantia de qualidade de ensino; b) a Formação Continuada contribuindo para a valorização do professor e melhoria do desempenho do mesmo no espaço escolar; c) as ações de formação serão bem

eficazes quanto melhor elas responderem às carências dos alunos; d) melhor qualidade de ensino para toda a sociedade se beneficiar dela.

Segundo Marin *et al* (2010), na Formação Continuada não há um tempo determinado para a sua conclusão, pois as ações realizadas devem ter um caráter contínuo tanto na universidade como na escola. Para os autores, esta formação tem como fim construir um conhecimento abrangente a partir das necessidades do docente, buscando assim promover mudanças no coletivo escolar. Em pesquisa desenvolvida com educadores que atuam em pequenos municípios, Marin et al (2010) esclarecem que as atividades para além da carga horária, as dificuldades de relacionamento entre os docentes da área da Educação Física e a dos mesmos com os das outras áreas e a desvalorização da disciplina são alguns dos muitos obstáculos que estes relatam. Destaca-se também o isolamento das escolas em razão das distantes localizações, gerando impedimentos na participação, não só em programas de formação específica da área de atuação, mas também em reuniões pedagógicas com os colegas. Logo, estes, dentre outros fatores, dificultam o trabalho contínuo tão necessário aos professores.

A Formação Continuada na Educação Básica tem representado uma preocupação atual, que vem movimentando diferentes setores da sociedade, em especial, os espaços de pesquisa acadêmica e das políticas públicas. Existe um crescente número de publicações e produções científicas, tanto internacionais como nacionais, sobre este tema, assim como um volume de investimentos públicos que visam fomentar e deflagrar as ações promotoras para a realização dessa Formação na Educação Básica (DALL'IGNA E CÓSSIO, 2011).

O Estatuto e Plano de Carreira do Magistério Público do Rio Grande do Sul, em seu Artigo 3º, determina que a Carreira do Magistério Público Estadual tem como princípios básicos:

I - Profissionalização, entendida como dedicação ao Magistério, para o que se tornam necessárias:

a) qualidades pessoais, *formação adequada e atualização constante* (grifo nosso), objetivando o êxito da educação e acessos sucessivos na Carreira;

IV - Valorização da qualificação decorrente de cursos e estágios de formação, atualização, aperfeiçoamento ou especialização (RIO GRANDE DO SUL, 2010, p.1-2).

Dessa forma, a legislação vigente no país representa um ponto de apoio e respaldo para as instituições públicas e privadas que promovem e desenvolvem ações nesse campo que vêm, a cada momento, chamando a atenção para a Educação Básica e, simultaneamente, para a Educação Especial.

O processo de Formação Continuada abrange, inclusive, a formação para a inclusão, que visa não somente a educação de qualidade aos alunos com Necessidades Especiais, mas para todos aqueles que fazem parte do contexto escolar. Com isso, Zulian e Freitas (2001) destacam a necessidade do professor em receber qualificação permanente que amplie seu conhecimento e, desse modo, atender as necessidades de todos os alunos, lembrando que, no ambiente escolar, os professores se deparam com grupos heterogêneos, formados por crianças com diferentes níveis de habilidades.

Torna-se indiscutível que essa Formação é um grande passo para melhorar a educação e no que se refere ao trato pedagógico, para atuar com os alunos com Necessidades Especiais. Carvalho (1998) identificou que os educadores não se sentem preparados para atender adequadamente as necessidades dos alunos especiais bem como os escolares chamados de “normais” não estão preparados para aceitar e conviver com colegas que têm Necessidades Especiais.

No âmbito da Educação Física, muitos são os desafios com os quais os professores precisam trabalhar. Eles necessitam pensar e repensar a sua atuação para aprimorar e qualificar constantemente o seu trabalho, buscando conhecimento para atender, por exemplo, ao que tange este projeto, aos alunos com Necessidades Especiais que estão cada vez em maior número no ensino regular e participando das aulas de Educação Física.

O professor de Educação Física, principalmente porque trabalha com a dimensão do movimento, muitas vezes se encontra diante de uma situação conflituosa quando em suas aulas, há alunos com Necessidades Especiais. O docente precisa adaptar e programar suas atividades levando em consideração que até mesmo esses alunos devem alcançar os objetivos comuns aos demais colegas (dentro de seus limites).

Já Rodrigues (2003), considera que a Educação Física seria uma área curricular mais acessível no que compete à inclusão, devido a sua flexibilidade de conteúdos, tornando os professores dessa área, os mais cotados a terem atitudes positivas bastante favoráveis nesse processo do que os de mais professores.

Sabe-se que a Formação Inicial e Continuada são elementos de grande importância para superar os problemas da educação escolar no Brasil (DALL'IGNA e CÓSSIO, 2011). E, devido à diversidade de alunos que compõe a Rede Escolar, a necessidade dos profissionais da Educação Básica em se qualificar para atender a demanda de alunos com Necessidades Especiais nas aulas de Educação Física Escolar é ação inquestionável e de extrema urgência para a Educação de forma geral.

5 O CONTEXTO DO MUNICÍPIO DE RESTINGA SÊCA/RS

Dos quatro (4) professores entrevistados, três (3) têm formação em Educação Física e um (1) em Educação Especial. Os professores de Educação Física desempenham a função da docência há aproximadamente 25 anos, com carga horária de 40 horas semanais, sendo que dois (2) possuem Pós-Graduação. O educador especial trabalha a 13 anos como professor e coordenador da Educação Especial do município, com carga horária de 40 horas semanais. Todos os professores relataram que tiveram experiências com alunos com diferentes Necessidades Especiais no percurso da atuação profissional.

Ficou comprovado que o município de Restinga Sêca possui uma proposta concreta de Formação Continuada de professores para atuar com a Educação Inclusiva especial, assim como, uma garantia à escolarização para crianças com Necessidades Especiais em qualquer nível de ensino. Conforme o Conselho Municipal de Educação de Restinga Sêca/RS (2007) compete a ele promover cursos de habilitação e capacitação de professores da Rede Municipal de Ensino, levando em consideração a demanda de atendimento na Educação Especial. Desse modo, garante que o atendimento escolar dos alunos com necessidades especiais terá início na Educação Infantil, nas creches e pré-escolas, e será assegurada a Educação Inclusiva sempre que esta se evidenciar. Mediante avaliação e interação com a família e a comunidade, o atendimento educacional especializado será ofertado.

Anualmente, o município oferece aos professores da Rede Municipal diversos cursos contemplando diferentes temas - inclusive sobre Educação Inclusiva- e de modo gratuito.

A organização dos estudos da Formação Continuada da Educação Inclusiva é feita por um grupo de educadores especiais que se reúnem periodicamente de 15 em 15 dias, durante o ano letivo. Nessas reuniões realizam reflexões sobre processos de Educação Inclusiva, métodos, técnicas e desenvolvimento profissional dos professores que trabalham com alunos com Necessidades Especiais, estabelecendo metas durante o ano letivo com projetos que vão das leis até o conhecimento pedagógico do conteúdo.

A gestão da formação parte da Secretaria de Educação e dos órgãos públicos com perspectivas de não só ficar no papel, na legislação, na teoria, mas buscando tornar ações concretas, independente das mudanças políticas e partidárias a cada eleição. Ou seja, o grupo é fixo, permanecendo com os mesmos componentes por serem profissionais efetivos (concursados).

As resoluções do município que tratam da Educação Inclusiva procuram seguir as diretrizes do Ministério da Educação e Cultura. Segundo o Educador Especial entrevistado, o Município tem uma proposta teórico-metodológica e esta é levada em consideração para organizar as atividades pedagógicas de Inclusão, assim como, para organizar os estudos entre os envolvidos.

O grupo de estudos é formado pelos cinco (5) professores de Educação Especial e por uma gestora da Secretaria de Educação do Município. Essa equipe busca subsídios por meio de leitura e de debate de conhecimentos científico publicado em livros e periódicos. A seleção do que estudar e discutir se dá, fundamentalmente, a partir das demandas da realidade, ou seja, das deficiências dos alunos que estudam no município e dos desafios que se apresentam nas escolas, nas disciplinas e na sala aula. Como forma de aprofundar os temas e de ter mais respaldo, esse grupo beneficia-se com a participação e contribuição de pesquisadores de universidades próximas (a exemplo da Universidade Federal de Santa Maria) para ampliar a compreensão e realizar debates e proposições. Segundo o educador especial, o objetivo é promover o acesso, a permanência e o aproveitamento do aluno com Necessidades Especiais nos diferentes níveis da escolarização. Como expõe Carvalho (2009, p.103), o desafio da inclusão está em "dar acesso, ingresso e permanência, desses alunos em escolas como aprendizes de sucesso e não como um número de matrícula ou como mais um na sala de aula do ensino regular".

Os cinco (5) educadores especiais atendem as escolas com maior número de alunos matriculados. Isso significa que nem sempre conseguem suprir as demandas das escolas do interior do município em função da distância e da inexistência de recursos multifuncionais, obrigando os alunos e os professores a se deslocarem para as escolas mais próximas e que possuem os recursos para atendimento.

Com base no relato do Educador Especial entrevistado, há um entendimento de que a Educação Física é uma disciplina importante porque oferece muitas oportunidades não só na inclusão como na aprendizagem social e cognitiva do aluno já que, outras disciplinas, prendem-se ao conteúdo. Todavia, não há um processo de formação específico para os profissionais da Educação Física, embora estes professores entrevistados relatem a importância que os cursos teriam se fossem oferecidos para a qualificação de seu trabalho. Há sim a disponibilização, nas escolas, de horários específicos para estabelecer contato, troca de idéias e orientações com o educador especial sobre dificuldades pedagógicas, participação nas vivências e conteúdos, avaliação e relação entre colegas e professor. No entanto, fica a critério do professor da disciplina e da direção da escola a efetivação desses encontros.

No ensino fundamental, a avaliação dos alunos especiais em várias escolas é feita através do acompanhamento entre o educador especial e o docente da disciplina e se efetiva por Parecer Descritivo, segundo resolução 02/2007 do Conselho Municipal de Educação de Restinga Sêca/RS. Independentemente do ano escolar que o aluno se encontra, a cada término de ano letivo, sua situação é determinada por promoção ou retenção, conforme a orientação do educador especial. Aos alunos atendidos por este profissional são aplicados critérios de avaliação diferenciados com base nas adequações curriculares necessárias à especificidade de cada indivíduo, previsto nos Parâmetros Curriculares Nacionais para Educação Especial, mas sempre buscando valorizar os pontos positivos dos alunos (1998, p.67): "I- priorizar determinados objetivos e as áreas de conteúdos; II- modificação de nível de complexidade nas atividades e III- modificação na temporalidade para determinados objetivos e conteúdos previstos".

A Secretaria de Educação do Município procura estabelecer contato com o Ministério da Educação para requisitar os materiais específicos para as atividades dos alunos com necessidades especiais. Esta seleção das demandas é realizada pelo educador especial e os docentes das diferentes áreas, mas o material permanece nas salas de recursos, ficando à disposição dos professores para uso em sala de aula.

Quanto aos professores do município que atuam na Rede Estadual, estes informam que é a 24ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE) em Cachoeira do Sul quem organiza e propõem os processos de Formação Continuada. Em geral, acontece no formato de curso em que a equipe diretiva, juntamente com a coordenação pedagógica das escolas, sugere temas abrangentes e que consideram relevantes para todas as áreas. Normalmente ocorrem no período das férias escolares. Há também a possibilidade de participar de outro curso, promovido pela Secretaria Municipal de Educação, a depender de vagas restantes.

Conforme o relato dos educadores, em geral, os palestrantes dos cursos são profissionais do próprio município. Uma das justificativas é o fato de que profissionais não residentes na cidade exigem recursos financeiros e para isso, infelizmente, nem sempre há disponibilidades por parte das escolas. Comentam também que alguns professores não participam de nenhuma formação devido a não liberação da escola, por falta de professores ou por falta de auxílio financeiro do Estado.

As informações prestadas realçam o fato de que as propostas de políticas educacionais impostas pelo governo do Estado do RS caminham para limitações cada vez maiores no que se refere aos direitos dos professores em participar de processos de formação continuada

relacionados aos seus interesses. Como fica evidente na fala do professor, é preciso a liberação das coordenadorias, possibilitando, assim, validar os certificados para fins de carreira. Significa dizer que as diretrizes para a educação passaram a desconsiderar toda e qualquer forma de qualificação profissional no horário de trabalho. Marin et al. (2010) identificaram o enfrentamento de dificuldades no contexto escolar na pesquisa realizada com professores de Educação Física, tais como: acúmulo de atividades para além da carga horária, problemas de relacionamento entre colegas da área, desvalorização da disciplina, falta de diálogo entre colegas e corpo diretivo e falta de troca de experiências.

Quanto à Educação Inclusiva, em geral, os professores não tiveram acesso a este conhecimento na Formação Inicial, mas percebem a necessidade de agregar conhecimento nesta temática devido aos desafios que se impõem no cotidiano da escolar, entre os quais se destacam: barreiras arquitetônicas, acessibilidade física, recursos materiais, turmas grandes, falta de pessoal de apoio, relação de rejeição entre alunos ditos “normais” com os alunos com deficiência. Um dos professores explicou que mudava os grupos de trabalho, utilizava o diálogo, buscava realizar interação com os mesmos, mas nem sempre alcançava os objetivos a que se propunha.

Percebe-se que esta não é uma problemática que atinge somente professores que atuam no município de Restinga Sêca/RS, pois Palma e Manta (2005), no estudo que realizaram sobre a compreensão dos professores de Educação Física quanto à acessibilidade nos espaços de prática para as aulas, também identificaram tais limitações e conflitos por parte dos docentes.

Cabe destacar que, dentre os entrevistados, uma professora cuja formação agrega grau pós-graduação, relatou não ter dificuldades para trabalhar com a educação inclusiva em suas aulas. Apesar, disso, todos são unânimes em ressaltar a necessidade da Formação Continuada que contemple a especificidade da Educação Física em todos os temas, destacando a Educação Inclusiva.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notório que a Formação Inicial é apenas o primeiro passo no caminho da formação profissional, dada a provisoriedade do conhecimento e da incompletude dos currículos, o que exige necessidade da Formação Continuada e de a profissão docente adotar a postura de professor-estudante ou professor-pesquisador, já que, segundo os professores de Educação Física, há a necessidade da Formação Continuada em diversos temas e não só na Educação Inclusiva.

A pesquisa demonstrou que o município de Restinga Sêca tem uma política de governo clara no que tange a Educação Inclusão e que pode servir de exemplo; no entanto, também que pode ser aprimorada para que venha a ter resultados mais sólidos, principalmente se agregar a discussão via participação de todos os professores (e demais interessados) no grupo de Estudos e demais atividades que tratem do tema da Educação Inclusiva. Como participantes, os professores além de se atualizarem, poderiam refletir a partir das suas especificidades e sentirem-se partícipes do processo e sujeitos do seu fazer.

Conforme resultados obtidos nas entrevistas realizadas, a Formação Continuada, na maioria dos casos, não atende às expectativas almejadas pelos professores referentes à disciplina Educação Física, pois no relato desses educadores, os temas são muito amplos, não específicos da área de Educação Física e o ideal é que fosse realizada uma formação com os professores dessa disciplina e com temas que os mesmos achassem necessários. Os processos de formação tanto do professores da Rede Municipal quanto Estadual enfocam assuntos relacionados com a educação de forma abrangente e, em grande parte, são propostas impostas e que não levam em conta a prioridade desses profissionais, nem mesmo garantem condições, estrutura e apoio; pelo contrário, no que tange aos professores da Rede Estadual, é a 24º CRE que define o que te matizar, os mediadores dos debates e quando realizar.

A pesquisa revela a inexistência prática de uma Política de Estado e, portanto, a inexistência de uma política pública no Estado do Rio Grande do Sul de Formação Continuada que atenda os interesses e necessidades dos professores no que se refere à Educação Inclusiva.

7 REFERÊNCIAS

- BOLZAN, V. P. D. **Formação de Professores:** compartilhando e reconstruindo conhecimentos. Porto Alegre: Mediação, 2009.
- BRACHT, V. Educação Física no 1º Grau: Conhecimento e Especificidade, **Revista Paulista de Educação Física**, São Paulo, Supl.2, pág.23-28, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Marcos Políticos e Legais da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2010.
- BRASIL. **POLITICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**, 07 de Janeiro, 2008.
- BRASÍL. **PARAMETRO CURRICULARES NACIONAIS**; Educação Física/Secretaria da Educação Fundamental, MEC, 1997.
- CARVALHO, E. R. **Temas em Educação Especial**. Rio de Janeiro: Ed. WVA, 1998.
- CARVALHO, E.R. **Removendo barreiras para a aprendizagem:** Educação Inclusiva. Porto Alegre: Mediação, 2009.
- CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, Restinga Sêca/RS, **Resolução Nº02/2007**.
- CRUZ, G. Formação continuada em Ambiente Escolar Inclusivo, **Educação Especial**. n. 15, Unicentro, Irati, 2005.
- DALL'IGNA, A.M; COSSIO, F.M. **As políticas estaduais de formação continuada de professores no Rio Grande do Sul. Cidade - 1990-2010**. Anais da ANPAE, 2011. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0334.pdf>. Acesso realizado em: 12.09.2012
- FIGUEIREDO, Z.C.C.; HERINGER, D. Práticas de formação continuada em Educação Física. *Revista Movimento*. v.15,n.4, p.83-105, 2009.
- FREIRE, J. B. **Educação do Corpo inteiro: Teoria e pratica da Educação Física**. 4. ed. São Paulo: Scipione, 1997.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 5. ed. São Paulo. Editora Atlas, 1999.
- GILES, T.R., **História da Educação:** São Paulo: Ed.EPU, 1987.
- MANTOAN, E.T. M; <http://revistaescola.abril.com.br>, edição 182, 2008.
- MARIN, C E.; SOUZA, S. M.; RIBEIRO,M. G. B.,LEILA, A. Educação Física no contexto Rural: Perfil dos professores e Prática Pedagógica, **Revista Brasileira De Ciências E Do Esporte**, Campinas, v.32, n.2, p.231-246, 2010.

MARIN, C. E.; SOUZA, S. M. ;RIBAS, M. J. ; DECIAN, R. M.; HERBST, R. F. Formação continuada em Educação Física: Relação entre Mundo do trabalho, Políticas educacionais e Educação, **Revista Movimento**, Porto Alegre, v.17, n.02, p.259-278, abril/jun. 2011.

MAZZOTTA, J. S. J. M; **Educação Especial no Brasil: Histórias e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez, 2005.

MINAYO, S. C. M. **Pesquisa Social: Teoria Método e Criatividade**, 25 ed. Rio de Janeiro: Revolução atual, 2007.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva: Contextos Sociais**. Tradução de Ferreira, B. W. Porto Alegre: Artmed, 2003.

NETO, V. M; MOLINA, K.R: **O Pensamento dos Professores de Educação Física Sobre Formação Permanente no Contexto da Escola Cidadã**: um estudo preliminar. Rev.Bras.Ciência.Esp,v.22,n.3,p.73-78,maio 2001.

PALMA, E. L.; MANTA, W. S. Alunos com Deficiência Física: A compreensão dos professores de Educação Física sobre a Acessibilidade nos Espaços de Prática para as aulas, **Revista Educação**, Santa Maria, v. 35, n.2, maio/ago, 2010.

RESTINGA SÊCA, Secretaria Municipal de Educação. **PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RESTINGA SÊCA (2007-2017)**. Restinga Seca, 2003. disponível em: www.restingaseca.rs.gov.br, Restinga Seca/RS. Acesso em: 08 out. 2011.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Educação do RS. Lei n.º6.672, de 22 de abril de 1974. **Estatuto e Plano de Carreira do Magistério Público do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <http://www.educacao.rs.gov.br/>. Acesso em: 22 dez. 2010.

RODRIGUES, D.A; **Educação Física Perante a Educação Inclusiva: reflexões conceituais e metodológicas**. Rev.Ed.Física da UEM,Maringá,v.14,n.1,p.67-73

SASSAKI, R. K. **Inclusão Construindo uma Sociedade para Todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SOARES et al. **Metodologia do Ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

ZULIAN, M. S.; FREITAS, S. N. Formação de Professores na Educação Inclusiva: Aprender a viver, criar, pensar e ensinar de outro modo. **Revista Educação**, Santa Maria, n.18, p.112-114), 2001.

ANEXOS

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Professores de Educação Física

Quanto tempo você é professor (a)?

Você tem turmas de alunos com deficiência?

BLOCO 1 – FORMAÇÃO CONTINUADA

1. De quantos cursos de capacitação você participa durante o ano?
2. Como é a atuação da secretária de educação no que diz respeito à Formação Continuada na Educação Inclusiva para os professores de Educação Física?
3. Você participa do curso de capacitação do Município? Quais os motivos que te levam a participar (ou não participar)?
4. Relate como se desenvolve a Formação Continuada de Educação Inclusiva no Município.
5. Você entende que a Formação Continuada proposta pelo Município capacita o professor de Educação Física para trabalhar com alunos com deficiência? Se sim, de que forma?
6. Você procura outras formas de se capacitar para trabalhar com Educação Inclusiva?
7. Na sua formação inicial, você teve disciplina sobre como trabalhar com alunos com deficiência?

BLOCO 2 – EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

1. Você considera que suas aulas são inclusivas? Por quê?
2. Quais são os desafios/as dificuldades para trabalhar com a Educação Inclusiva na disciplina de Educação Física?
3. Quais são as suas necessidades como professor de Educação Física para atuar com Educação Inclusiva?
4. Quais as estratégias que utiliza para a inclusão na sua disciplina?
5. Você considera proveitosa a participação dos alunos com deficiência nas suas aulas de Educação Física?
6. Como se dá a relação dos alunos ditos “normais” em relação à participação dos alunos com deficiência na aula de Educação Física?
7. Como você realiza a avaliação dos alunos com deficiência?
8. Quais são os materiais disponíveis para trabalhar com alunos com deficiência na sua escola?

ROTEIRO DE ENTREVISTA
Secretária de Educação de Restinga Seca/RS/RS

Quanto tempo trabalha na Secretaria de Educação Municipal?

Qual sua função na secretaria?

BLOCO 1 – FORMAÇÃO CONTINUADA

1. Como se desenvolve a Formação Continuada da Educação Inclusiva no Município?
2. De onde parte a iniciativa de realizar a Formação Continuada da Educação Inclusiva?
3. Quais os motivos que leva o Município a organizar a Formação Inclusiva?
4. Descreva como se dá a organização dessa Formação.
5. Como se escolhe os professores formadores para fazerem a mediação da Formação?
6. O que a secretaria objetiva ao propor a Formação Continuada Inclusiva?
7. Qual a compreensão da secretaria sobre Formação Continuada?
8. Quais os conteúdos que a Secretaria busca privilegiar nos cursos de Formação?